



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Poder Legislativo*

**PARECER Nº 05/2024**

**PROCESSO:** PLO 13/2023

**AUTORIA:** Poder Executivo

**ASSUNTO:** DISPÕE SOBRE: autoriza o PE a conceder direito real de uso, com promessa de doação de área no NINDAM.

**DATA:** 29 DE FEVEREIRO DE 2024

**RELATÓRIO:** DELIBERARAM TODOS OS MEMBROS PELO PARECER DESFAVORÁVEL A PROPOSITURA VISTO QUE A RESPOSTA DO SENHOR PREFEITO, OF 70/2024, NÃO JUSTIFICA A CONCESSÃO DE USO DA ÁREA, FACE AO QUE FOI SOLICITADO PELA COMISSÃO ATRAVÉS DO OF CJR 01/2024. AINDA, ACHAMOS POR BEM QUE SEJA ENCAMINHADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, COM CÓPIA AO CONSELHOR SUPERIOR DO MP E TCESP, PARA QUE SEJAM INVESTIGADAS AS ÚLTIMAS CONCESSÕES NO NINDAM, VISTO QUE A SITUAÇÃO QUE SE APRESENTA É PREOCUPANTE, UMA VEZ QUE O SENHOR PREFEITO AFIRMA QUE O PROJETO DE LEI 13/2023 É BASEADO NA LEI 1473 DE 19 DE MARÇO DE 1987, QUE POR SUA VEZ NÃO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E LEI FEDERAL 14.133/21.

**DECISÃO DA COMISSÃO:** PARECER DESFAVORÁVEL

CJR, EM 07 DE FEVEREIRO DE 2024

  
PRESIDENTE: Cláudio de Melo Salomão – PV

  
RELATOR: José Aparecido Ramos – PT

  
MEMBRO: Lenice Messias dos Santos Ribeiro – PSDB



# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Poder Legislativo*

**PARECER Nº 06/2024**

**PROCESSO:** Projeto de lei nº 01/2024

**AUTORIA:** Poder Executivo

**ASSUNTO:** DISPÕE SOBRE: revisão anual de salários aos servidores do PE

**DATA:** 29 DE FEVEREIRO DE 2024

**RELATÓRIO:** DELIBERARAM TODOS OS MEMBROS FAVORAVELMENTE AO PROJETO POR ESTAR DE ACORDO COM O AMBIENTE JURÍDICO VIGENTE.

**DECISÃO DA COMISSÃO:** PARECER FAVORÁVEL

  
PRESIDENTE: Cláudio de Melo Salomão – PV

  
RELATOR: José Aparecido Ramos – PT

  
MEMBRO: Lenice Messias dos Santos Ribeiro – PSDB





# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Poder Legislativo*

### PARECER Nº 07/2024

**PROCESSO:** Projeto de lei nº 10/2024

**AUTORIA:** Mesa

**ASSUNTO:** DISPÕE SOBRE: revisão anual de salários aos servidores do PL

**DATA:** 29 DE FEVEREIRO DE 2024

**RELATÓRIO:** DELIBERARAM TODOS OS MEMBROS FAVORAVELMENTE AO PROJETO POR ESTAR DE ACORDO COM O AMBIENTE JURÍDICO VIGENTE.

**DECISÃO DA COMISSÃO:** PARECER FAVORÁVEL

  
PRESIDENTE: Cláudio de Melo Salomão – PV

  
RELATOR: José Aparecido Ramos – PT

  
MEMBRO: Lenice Messias dos Santos Ribeiro – PSDB





# CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Poder Legislativo*

**OF CJR Nº 02/2024**

CM de Álvares Machado, em 04 de março de 2024

Senhora Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente encaminhar cópia do Parecer nº 05/2024, relativo ao Projeto de lei nº 013/2023 do Poder Executivo, para sua apreciação e providências, se assim entender, a nobre Presidente.

Entendo que a atuação do senhor Prefeito neste processo foi de total irresponsabilidade em relação a preservação do patrimônio público, sendo que o mesmo apresentou uma propositura totalmente em desacordo com o ambiente jurídico atual, Lei Federal nº 14.133/21 e Constituição Estadual.

Além disso, respondeu a indagação da Comissão de Justiça e Redação dizendo que o referido processo é baseado na Lei Municipal nº 1473/87, que, por sua vez, foi alterada pela Lei nº 2235/01, que exigia licitação para concessão de uso, e, depois revogada pela Lei nº 2270/02. Demonstrando assim total descaso com relação a proteção do patrimônio público.

Assim, como consta do parecer da CJR solicito que o Projeto de lei nº 13/2023, cópia na íntegra, seja encaminhado ao MPSP, Conselho Superior do MP e TCESP, solicitando investigação sobre esse caso, bem como, sobre todas as recentes movimentações de áreas no NINDAM e do processo de regularização do Núcleo que, segundo consta, ainda está em andamento.

Sem outro particular, apresento na oportunidade elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente

**JOSÉ APARECIDO RAMOS**  
Relator

A Ilma Sra MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN  
Presidente da Câmara Municipal de  
Álvares Machado - Sp



Governo de  
**Álvares Machado**  
Administração

@gov.alvaresmachado  
www.alvaresmachado.sp.gov.br  
Praça da Bandeira, S/N - (18)3273-9300  
19160.000 - Álvares Machado, SP

**DECRETO N.º 3.105/2023**

*Autoriza o uso de lote existente no Núcleo Industrial de Álvares Machado - NIDAM criado pela Lei nº 1.473 de 19 de março de 1987 e dá outras providências.*

**ROGER FERNANDES GASQUES**, Prefeito Municipal de Álvares Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV do art. 109 da Lei Orgânica do Município, e:

**Considerando** que por meio da Lei nº 1.473 de 19 de março de 1987 foi criado o no Núcleo Industrial de Álvares Machado - NIDAM, cuja norma regulamentou ainda o processo de doação de seus terrenos;

**Considerando** que a empresa Crematório Ecumênico Álvares Machado Ltda. - CNPJ nº 52.384.133/0001-02, solicitou a doação de área no NIDAM para a construção de um crematório, com aproximadamente 1.000m<sup>2</sup>;

**Considerando** que o município dispõe no NIDAM de um lote com 1.214,95m<sup>2</sup> (Lote nº 1 da Quadra "C") que atende as necessidades da interessada, cuja doação, porém, depende de autorização legislativa nos termos da Lei nº 1.473/1987;

**Considerando** que para a continuidade do processo administrativo de doação se faz necessária a elaboração de projetos, plantas baixas de locação, memoriais, cronogramas, etc., tal como previsto na Lei nº 1.473/1987, sendo de rigor autorizar a interessada a utilizar do referido bem para os levantamentos necessários a consecução de seus projetos;

**Considerando** que o art. 162, § 4º da Lei Orgânica do Município estabelece que o uso de bens municipais a terceiros poderá ser outorgado mediante autorização para atividades transitórias pelo prazo máximo de 60 dias, prorrogável por igual período, no máximo, uma vez;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica autorizado o uso, de forma exclusiva, pela empresa Crematório Ecumênico Álvares Machado Ltda. - CNPJ nº 52.384.133/0001-02, do Lote nº 1 da Quadra "C" do Núcleo Industrial de Álvares Machado - NIDAM criado pela Lei nº 1.473 de 19 de março de 1987 com área de 1.214,95m<sup>2</sup>, objeto da Matrícula nº 93.112 junto ao 2º Oficial de Registros de Imóveis e Anexos de Presidente Prudente, localizado na Avenida Manoel Goulart, 406 - Presidente Prudente - SP.





**Art. 2º** O uso do imóvel descrito no art. 1º, limitar-se-á, a viabilizar a elaboração de projetos, plantas baixas de locação, memoriais, cronogramas, etc., tal como previsto na Lei nº 1.473/1987, sendo vedada qualquer edificação até que o processo de doação seja formalmente concluído.

**Art. 3º** A presente autorização é feita em caráter gratuito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período ou uma vez, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada no art. 2º.

**Art. 4º** A autorizatária, à sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a ocorrer face à sua utilização.

**Art. 5º** A fim de atender o constante neste Decreto, será formalizado o Termo de Autorização de Uso de Bem Público que limitará os termos desta outorga, obrigando-se a autorizatária ao seu estrito e fiel cumprimento, sob pena de sua imediata revogação.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, a qual poderá ser suplementada, se necessário for.

**Art. 7º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 25 de outubro de 2023.

**ROGER FERNANDES GASQUES**  
Prefeito Municipal

**SORAIA DE OLIVEIRA SILVA**  
Diretora de Administração

Registrado e publicado na Secretaria da Prefeitura na data supra.

**MARIA ELZASANT'ANA**  
Oficial de Gabinete

Revogada Lei 2.279/02



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

**LEI Nº 2235/01 DE 19 de setembro de 2001**

**DISPÕE SOBRE:** regulamenta a concessão de área pública no NINDAM.

**LUIZ ANTÔNIO LUSTRE**, Prefeito municipal de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

**Artigo 1º** - O processo de concessão de uso de área pública pertencente ao Núcleo Industrial de Álvares Machado – NINDAM, deverá ser realizado da seguinte forma.


- I. Abertura de licitação pública para chamamento dos interessados;
- II. Após homologação do licitante vencedor e edição do decreto de concessão da posse, apresentação aos órgãos competentes das plantas e projetos necessários a edificação da indústria;
- III. Editado o decreto de concessão de posse, o beneficiado terá o prazo de 6(seis) meses para dar início as obras; e
- IV. O início operacional deverá ocorrer, mesmo que parcialmente, no prazo máximo de 12(doze) meses, a contar da data do decreto de concessão.

**Artigo 2º** - Ocorrendo desvio de finalidade ou paralisação das atividades industriais, o Poder Executivo tomará as providências necessárias visando a suspensão da concessão.

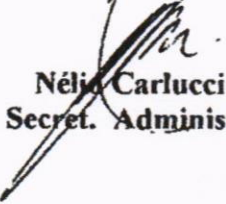
**Parágrafo único** – Ocorrendo a situação prevista no caput, não caberá ao beneficiado qualquer indenização ou compensação, facultando-lhe retirar do local suas instalações, equipamentos e demais haveres

**Artigo 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM de Álvares Machado em 19 de agosto de 2001.

  
**Luiz Antônio Lustre**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da PM, na data supra

  
**Nélia Carlucci**  
Secret. Administ.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

**LEI Nº 2270/02 DE 11 de setembro de 2002.**

**DISPÕE SOBRE:** revoga Lei Municipal 2235/01  
de 19/09/01

**LUIZ ANTONIO LUSTRE**, Prefeito Municipal de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica revogada a Lei Municipal 2235/01 de 19 de setembro de 2001 que regulamenta a concessão de área pública no NINDAM.

**Artigo 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM. Alvares Machado, 11 de setembro de 2002.

  
**Luiz Antônio Lustre**  
Prefeito

**Registrada e publicada na Secretaria da PM na data supra.**

  
**NÉLIO CARLUCCI**  
Secret. Adm. Munst.



Presidente Prudente, data infra.

**Ofício n.º 255/2024**

**Ref.: NF 0720.0001932.2024**

**(Favor usar este n.º de referência)**

**Prezada Senhora:**

Com o presente e, em razão do expediente encaminhado através do ofício CJR 02/2024, de 4 de março do corrente (ref. Ao parecer 05/2024 relativo ao Projeto de Lei 13/2023), solicito que, no prazo de dez dias, complemente a representação/informação, precisamente para dizer e esclarecer em que consistiu a conduta ilegal do prefeito municipal.

Observo que o decreto questionado (Dec. 3105/2023) contempla apenas uma autorização temporária e precária de uso de bem público.

Atenciosamente,

**MARCELO CRESTE**

**Promotor de Justiça**

(Assinatura Eletrônica)

A

Excelentíssima Senhora

Maria Estela Fernandez Martin

DD. Presidente da Câmara Municipal de Álvares Machado

# **CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO**

**OF CJR Nº 03/2024**

CM de Álvares Machado, em 28 de março de 2024

Senhora Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente informar em atenção ao Ofício nº 255/2024 do MPSP, que, com relação ao Projeto de lei nº 13/2023, e, Decreto nº 3105/2023, a conduta ilegal não se concretizou, visto que teve parecer desfavorável de todas as comissões permanentes da Casa (cópias em anexo), sendo, portanto, rejeitado.

Todavia o que preocupa, conforme consta do Parecer nº 05/2024, são as últimas movimentações, especialmente de doações sem processo licitatório ou de dispensa de licitação justificada, do Núcleo Industrial de Álvares Machado – NINDAM e os respectivos processos de regularização.

Isso porque, pelo teor do Projeto de Lei Municipal n. 13/2023, a pretensão do autor, isto é, do Prefeito Municipal, é de realizar doação de imóvel público à empresa privada, sem sequer instaurar processo licitatório ou procedimento de dispensa com justificação do interesse público.

A justificativa da Prefeitura para não realizar a devida licitação, mesmo diante da exigência expressa do art. 117 da Constituição Bandeirante e do art. 76, §6º, da Lei 14.133/2021, é que existe a Lei Municipal nº 1.473/87 que, em tese, dispensaria licitações na área do Nindam.

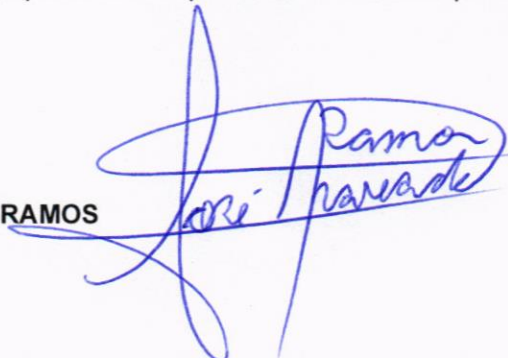
Por fim e em suma, a representação tem por objeto apontar indícios de dano ao patrimônio público, em razão das possíveis doações de imóveis públicos às empresas privadas que a Prefeitura de Álvares Machado tenha realizado, pois se a justificativa para não realizar licitação era a existência da Lei Municipal 1.473/87, é possível deduzirmos que outras movimentações dessa natureza tenham acontecido anteriormente. Além disso, vale dizer que a Lei Municipal 1.473/87 sequer poderia ser aplicada, pois nitidamente afronta à Constituição Bandeirante (art. 117) e à Lei 14.133/2021 (art. 76, §6º).

Sem outro particular, apresento na oportunidade elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente

**JOSÉ APARECIDO RAMOS**

Relator





A Ilma Sra MARIA ESTELA FERNANDEZ MARTIN

Presidente da Câmara Municipal de

Álvares Machado – SP